

Zélia buscará o apoio dos senadores

A ministra Zélia Cardoso de Mello irá ao Senado na próxima terça-feira, às 11h, para expor às lideranças partidárias a proposta brasileira de renegociação da dívida externa. O objetivo é conquistar apoio parlamentar aos movimentos do Governo junto à banca de credores internacionais.

No dia seguinte à visita da ministra, a Comissão de Economia do Senado estará votando projeto do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) estabelecendo condições para a renegociação. Pela Constituição, cabe àquela Casa do Congresso autorizar as operações de crédito externo da União.

O projeto de Cardoso endurece as regras da negociação (ao condicionar) o pagamento da dívida à existência de divisas suficientes para garantir quatro meses de importações, considerando-se a média anual. Trocando

em miúdos: para iniciar remessas aos bancos credores, seria preciso que o Tesouro brasileiro possuísse hoje mais de oito bilhões de dólares em caixa, quantia a ser permanentemente preservada como uma espécie de reserva de segurança.

ATRASADOS

Pela proposta de Fernando Henrique, o pagamento dos juros atrasados dependerá da conclusão da negociação global, mas este ponto foi alterado pelo substitutivo do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que é relator da matéria e parlamentar dos mais ligados ao Governo. O argumento jurídico que justifica a mudança é que, em se tratando de contratos anteriores com juros vencidos, o Senado não teria competência para modificá-los unilateralmente.

Outra inovação do substitutivo

Bornhausen em relação ao projeto Cardoso é a chamada cláusula **pari passu**, através da qual os credores são obrigados a estender a todos os devedores eventuais vantagens concedidas individualmente. A idéia não é pacificamente aceita entre os membros da comissão, porque pode atuar contra os interesses brasileiros, desestimulando os bancos a qualquer tipo de concessão.

Na opinião do senador Fernando Henrique, o projeto do Senado é conveniente ao próprio Governo, na medida em que representa mais um triunfo na negociação com os banqueiros internacionais. "Além de fixar normas rígidas para os entendimentos, a proposta ainda introduz a participação do Poder Legislativo — portanto, respaldo político — indispensável a uma posição firme por parte do Governo", acredita o parlamentar.